Por Danilo Vital

Há na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça uma diferenciação na maneira como são classificadas as verbas aportadas em planos de previdência privada aberta, como PGBL e VGBL. Elas podem ter natureza de investimento ou de seguro de vida/previdenciária, a depender do viés em que é feita essa análise.

A diferença tem impacto sobre a proteção que é dada aos valores contra determinadas medidas judiciais.

Leia aqui na íntegra.

Fonte: Consultor Jurídico, em 05.04.2022